

# Esforço contra o avanço da dívida

por Jurema Baesse  
de Brasília

O grande desafio da equipe que assumiu, na semana passada, o Ministério da Fazenda será evitar que o endividamento total do setor público — interno (através da colocação de títulos e de dívida bancária) e externo — chegue ao final do ano representando 55 a 60% do Produto Interno Bruto (PIB). E, a médio prazo, tentar fazer o crescimento dessa dívida ser igual ao aumento do PIB.

O primeiro passo para reduzir a velocidade na expansão da dívida pública será diminuir em 50% a colocação de títulos públicos neste mês, que passaria a ser de cerca de Cr\$ 4,5 trilhões em vez dos Cr\$ 9 trilhões previstos anteriormente. Para conseguir reduzir essa venda de papéis no mercado financeiro, a Fazenda conta com um rigoroso disciplinamento nas contas do setor público.

"Estamos trabalhando intensivamente no sentido de estabelecer uma situação nas finanças públicas que seja compatível com a expectativa de queda da inflação", informou, ontem, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, em sua primeira entrevista coletiva depois de assumir seu novo posto.

O que se pretende fazer é um controle mais rígido na liberação de recursos programados. Belluzzo usou a palavra "desperdício" ao comentar que "muitos órgãos públicos estão com verbas excessivas. Alguns receberam recursos em excesso e por esta razão terão que fazer uma maior economia". Este controle de fluxo,

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

# Esforço contra o avanço da dívida

por Jurema Baesse

de Brasília

(Continuação da 1ª página) para Belluzzo, certamente vai redundar em novos cortes. Entretanto — enfatizou — estes cortes estão sendo cuidadosamente discutidos e, de forma nenhuma, segundo ele, serão cortes lineares. Os cortes, insistiu, serão resultado do disciplinamento dos gastos.

Nenhum corte será feito em desacordo com o pensamento do Ministério do Planejamento, garantiu. O que vai ser feito, disse, é a distribuição mais equilibrada de certos encargos financeiros. Belluzzo preferiu não mencionar quais os setores que serão mais atingidos por este disciplinamento. O que o governo pretende com este austero controle do fluxo de seu caixa é trazer reflexos positivos no sentido de reduzir a necessidade de financiamento através da colocação de títulos públicos. E, com este esforço, o governo pretende "calibrar a sua política monetária de modo que ela seja menos excitada".

Segundo Belluzzo, no mês passado, o governo conseguiu fechar o seu déficit de caixa em torno de Cr\$ 9 trilhões, bem abaixo da previsão inicial de Cr\$ 11 trilhões. Além do superávit de Cr\$ 440 bilhões no orçamento fiscal, outras contas ajudaram nessa redução, mas ele não pode explicitá-las. "Tivemos vantagens em outras contas, mas ainda não temos o detalhamento da execução orçamentária", justificou.

Belluzzo ofereceu uma garantia importante com relação à transparência das contas públicas. "Até dezembro a apuração do déficit consolidado não será alterada. Vamos manter a metodologia atual. Não

queremos, de modo nenhum, ser acusados de estar escondendo qualquer informação." Para 1986 vão ser acrescentadas novas informações na apuração do déficit. "Vamos fazer um reestudo da composição do déficit e extraír a variação real da evolução dos gastos públicos." A medição em termos reais oferece mais qualidade e transparência a estas contas.

Belluzzo manifestou preocupação com o fato de as estatais estarem sendo colocadas "em um único bolo". E refutou a tese de que as estatais são deficitárias. "Uma empresa pode não ter prejuízo e, no entanto, apresentar um déficit nas suas contas, e vice-versa", assinalou. Se uma empresa vai ao banco e toma um empréstimo — exemplificou —, está realizando uma operação de crédito, e não um déficit. Para o assessor de Funaro, as estatais têm não um déficit, mas um grande desequilíbrio financeiro. O programa de privatização, no entanto, será implementado, mas com cuidado.

Em relação ao acordo do setor externo, Belluzzo afirmou que continua entendendo que "o Brasil não tem condição de cumprir um programa de ajustamento com o FMI da maneira que vinha cumprindo". E adiantou que o governo irá discutir com o FMI um "programa mais flexível" para o País, mas não deu detalhes. Refutou a idéia de que o Fundo tenha uma cartilha tão ortodoxa de ajustamento. "Se fossem tão ortodoxos", acentuou, "o Fundo não aceitaria o controle de preço que está sendo feito pela Argentina."

Com relação à necessidade de dinheiro novo (new money) para o País, Belluzzo deixou claro que a sua opinião é mais pessoal do que de governo. Defendeu o "dinheiro novo" como uma forma de o País se proteger de eventuais acidentes de percurso, como a elevação nas taxas de juros externas ou a queda nas exportações brasileiras.